

CONTRATO DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS
CONTRATO REF.ª N.º 26_ GPENAPOR_2022

ENTRE

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos

E

CERMI – Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industriais EPE

SEDE: C. R. N.º 82, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 43 32 / 21 70 | E-mail: info@enapor.cv
PORTOS: PORTO GRANDE - Av. Marginal, C. P. 82 - Mindelo, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 14 33 | PORTO DA PRAIA - C. P. 87 - Santiago - Tel: (+238) 260 90 60 | Fax: (+238) 262 38 99 | PORTO DA PALMEIRA - Sal - Tel: (+238) 241 13 48 | Fax: (+238) 41 13 48 | PORTO NOVO - Sto. António - Tel: (+238) 222 12 54 | Fax: (+238) 222 12 54 | PORTO DO TARRAFAL - Vila do Tarrafal - S. Nicolau - Tel: (+238) 236 10 50 / 16 72 | Fax: (+238) 236 13 26 | PORTO VALE DE CAVALEROS - Fogo - Tel: (+238) 281 21 13 | Fax: (+238) 281 12 64 | PORTO INGLÊS - Vila do Porto Inglês - Maio - Tel: (+238) 255 14 80 / 13 50 | Fax: (+238) 255 13 50 | PORTO FURNA - Vila da Furna - Brava - Tel: (+238) 285 12 40 / 285 12 46 | Fax: (+238) 85 12 02 | PORTO DE SAL - Rei - CP N.º 29, Cidade de Sal Rei - Boa Vista - Tel: (+238) 251 11 87 | Fax: (+238) 251 13 74.

CONTRATO REF.ª N.º 26_GPENAPOR_2022

CONTRATO DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS

Entre;

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A., com sede na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, Detentora do Capital Social de 1.200.000.000\$00 (um milhar e duzentos milhões de escudos), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 200487264 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Região de 1.ª Classe de São Vicente sob o n.º 1168, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Ireneu Rosa de Azevedo Camacho**, solteiro, portador do BI n.º 129344, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 165280263 e pela Dr.ª **Eneida Cristina Lima Gomes**, solteira, portadora do BI n.º 316103, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 131610325 na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Administradora Executiva respetivamente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar;

Doravante identificado simplesmente por “Primeira Outorgante”

e

CERMI – CENTRO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS E MANUTENÇÃO INDUSTRIAIS E.P.E, com sede, em Palmarejo Grande, Zona K Cidade da Praia, Ilha de Santiago, Detentora do Capital Social de 35 000 000,00 (Trinta e cinco milhões), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 269860207 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o n.º 269860207/320141204, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Gilson Cândido Lopes Correia**, portador do CNI n.º 19830622M002C emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal da Praia, titular do NIF 164514490 e pela Dr.ª **Denise da Conceição Monteiro Ferreira Andrade**, portadora do CNI n.º 19861213F001G, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal da Praia titular do NIF 16173262 na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Administradora Executiva respetivamente no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar;

Doravante identificado simplesmente por “Segunda Outorgante”

Considerando que:

- a) A Primeira Outorgante e a Segunda Outorgante assinaram em 25 de março de 2022 um **Protocolo de Cooperação Institucional**, compreendendo 07 cláusulas;
- b) Em decorrência do exposto infra deu-se início a implementação do Protocolo incidindo sobre a realização de Auditorias Energéticas, nomeadamente nos principais Portos, sendo Porto da Praia, Grande e Palmeira;
- c) A minuta do contrato de prestação de serviços foi aprovada por deliberação do Conselho de Administração;

Entre as Outorgantes supra identificadas e nas respetivas qualidades, é de boa-fé e livre vontade, firmado e reduzido a escrito o presente contrato de Prestação de Serviços que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.^a
(Objeto)

1. O contrato tem por objeto a prestação de serviços com vista à **realização da Auditoria Energética nos Portos da Praia, Grande e Palmeira**, que visam essencialmente conhecer detalhadamente os principais equipamentos e/ou setores de consumo de energia, identificar e quantificar os desperdícios de energia, conhecer os perfis de consumo de energia diurno e noturno das instalações, identificar as oportunidades de eficiência energética, em que propõem-se um conjunto de atividades conforme indicadas abaixo:

- a) **Campanha de Medições Elétricas e Levantamento Energético da Instalação;**
 - Medição dos parâmetros elétricos dos Quadros Elétricos;
 - Medição dos parâmetros elétricos das Cargas Especiais (Sistema AVAC, Data Center, UPS, etc.);
 - Caracterização da instalação elétrica;
 - Levantamento de principais equipamentos elétricos (Iluminação, Climatização, etc.);

b) Análise dos Consumos e Custos Energéticos

- Consumo de energia ativa e reativa e o custo global;
- Diagrama de cargas;
- Desagregação dos consumos;

c) Resultados do Estudo Energético

- Medidas de eficiência energética;
- Elaboração do relatório da auditoria energética.

2. O contrato é composto pelo presente clausulado e pelos demais documentos, nomeadamente, convite, os esclarecimentos prestados, proposta técnica e financeira e os Anexos I (Cronograma) e II (Preço por Portos Sem IVA).

Cláusula 2.^a
(Prazo)

1. O contrato vigorará pelo prazo de 05 (cinco) meses.
2. O início do trabalho será acordado entre as partes.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado mediante acordo entre as partes.

Cláusula 3.^a
(Preço e Condições de pagamento)

1. Pela prestação dos serviços objeto do presente contrato, a Primeira Outorgante obriga-se a pagar à Segunda Outorgante o montante global de **2.600.000\$00 (dois milhões e seiscientos mil escudos)**, valor esse que deverá ser acrescido do IVA à taxa legal em vigor.
2. O montante referido no número anterior não inclui os custos com as deslocações e estadia nas ilhas de São Vicente e Sal, sendo estes assumidos pela Primeira Outorgante.
3. A Primeira Outorgante liquidará à Segunda Outorgante, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da assinatura do presente contrato o correspondente a **50%**, no valor de **1.300.000\$00** (um milhão e trezentos mil escudos), valor esse que deverá ser acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

4. Com a entrega de todos os Relatórios Finais a Primeira Outorgante liquidará à Segunda Outorgante, o remanescente, correspondente a **50%** no montante de de **1.300.000\$00** (um milhão e trezentos mil escudos), valor esse que deverá ser acrescido do IVA à taxa legal em vigor.
5. A Primeira Outorgante realizará todos os pagamentos relativos ao presente contrato mediante transferência bancária a favor da Segunda Outorgante, para a seguinte conta:

Entidade Bancária: Banco Comercial do Atlântico
IBAN: 000300008807396410370
Swift: BCATCVCV
6. Existirá mora no pagamento sempre que o prazo estabelecido no número anterior seja ultrapassado, sem que a parte devedora demonstre que os valores faturados foram já irreversivelmente colocados à disposição da instituição bancária da parte credora;
7. Em caso de mora no pagamento, a Segunda Outorgante terá direito e sem demoras, para a parte dos pagamentos considerados, a juro de mora à taxa legal, não podendo no entanto, o total destes juros ultrapassar 30% (trinta por cento) do preço contratual.
8. A mora da Primeira Outorgante interrompe a contagem dos prazos a que ora se obriga a Segunda Outorgante, nomeadamente, para efeito de cálculo de penalizações.

Cláusula 4ª
(Coordenação e Representantes)

1. A Primeira Outorgante e a Segunda Outorgante designam, individualmente, um ou mais representante(s) aos qual(is) são conferidas as funções e competências necessárias para a correcta e plena coordenação na execução dos serviços objeto do presente contrato.
2. No cumprimento das respectivas atribuições e responsabilidades cada representante designado deverá manter estreita ligação e colaboração, trocando informações e prestando todo o apoio que se revelar necessário para a plena prossecução do objeto do presente contrato, cumprindo cada um as respectivas atribuições com o máximo das suas competências, diligências e experiências profissionais.

Cláusula 5.^a
(Dever de boa execução)

1. A Segunda Outorgante, desde já, declara e garante que cumpre toda a legislação e regulamentação aplicáveis à atividade por si prosseguida e que está e estará na posse de todas as autorizações, licenças, alvarás e ou aprovações que, nos termos da lei e regulamentação lhe sejam aplicáveis e se mostrem necessárias para a prossecução da atividade, bem como para o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.
2. A Segunda Outorgante garante que os serviços por si prestados no âmbito do presente contrato cumprirão os requisitos exigidos e serão adequados aos objetivos e finalidades definidas pela Primeira Outorgante e constantes dos documentos referidos no n.º 2 da Cláusula.

Clausula 6^a
(Relatório Final de Execução Dos Serviços e Apresentação dos dados)

1. A Segunda Outorgante obriga-se a manter registos completos e fiáveis dos serviços prestados ao abrigo do presente contrato.
2. A Segunda Outorgante **obriga-se a entregar relatórios finais de desenvolvimento dos serviços relativos aos Portos da Praia, Grande e Palmeira em suporte digital**, com os dados e outras informações pertinentes relacionadas com o objeto deste contrato.
3. A Segunda Outorgante **obriga-se a efetuar uma apresentação final, presencialmente ou via Teams, dos respetivos relatórios**. Tal apresentação deverá ocorrer no máximo 10 (dez) dias após o envio.

Cláusula 7.^a
(Propriedade Intelectual e Direitos de Autor)

1. Todo o “*know-how*” relativo à prestação dos serviços compreendidos no presente instrumento, previsto na Cláusula 1.^a, elaboradas pela Segunda Outorgante serão, no termo do contrato, na medida em que a lei o permita, propriedade da Primeira Outorgante para todos os efeitos, podendo esta livremente modificá-las e utilizá-las para quaisquer fins.
2. A Segunda Outorgante indemnizará a Primeira Outorgante por todos os prejuízos, danos ou custos emergentes de ações ou procedimentos por violação de direitos de propriedade intelectual relativamente aos

- documentos, protegidos por direitos de propriedade intelectual, mesmo que tal violação não fique a dever-se a negligência ou dolo da Segunda Outorgante.
3. A Segunda Outorgante não poderá invocar quaisquer direitos pessoais relativamente a direitos de propriedade intelectual com vista a obstar ao cumprimento das obrigações que para ela decorram do presente contrato.
 4. A Segunda Outorgante cumprirá todas as obrigações e deveres legais que resultem da utilização direta ou indireta de direitos de propriedade intelectual e industrial da Primeira Outorgante ou de terceiros, designadamente informações de natureza técnica.
 5. Em caso de violação, ou de alegada violação, dos direitos de propriedade referidos no número anterior, a Segunda Outorgante será a única responsável por qualquer questão judicial ou reclamação feita contra a Primeira Outorgante, indemnizando-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 8.^a
(Regularização de contribuição fiscal e de segurança social)

1. Durante a vigência do presente contrato, a Segunda Outorgante obriga-se a manter regularizadas as obrigações fiscais e as obrigações contributivas para a Previdência Social.
2. Para efeitos do determinado no número anterior, a Segunda Outorgante, obriga-se a disponibilizar a documentação comprovativa da situação de regularidade, sempre que solicitado pela Primeira Outorgante.

Cláusula 9.^a
(Obrigações principais da Segunda Outorgante)

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente contrato, ou nos demais documentos contratuais, da sua celebração, decorrem para a Segunda Outorgante, as seguintes obrigações:
 - a) Prestar os serviços contratados de forma e modo ajustados, de acordo com as normas e especificações técnicas aplicáveis, dando plena e total garantia dos mesmos;
 - b) Executar os serviços contratados utilizando a melhor técnica e visando sempre atingir o melhor resultado, sob sua exclusiva responsabilidade;

- c) Assumir total responsabilidade pelos atos e/ou omissões praticados por seus colaboradores, bem como pelos danos de qualquer natureza que os mesmos venham a sofrer ou causar à Primeira Outorgante e seus clientes ou terceiros em geral, em decorrência da prestação dos serviços objeto do presente contrato;
- d) Cumprir todas as determinações impostas pelas autoridades públicas competentes, relativas aos serviços aqui contratados;
- e) Proceder à retificação de qualquer documento do processo, sem custo adicional, desde que esta seja decorrente de informações ou documentos de responsabilidade da Segunda Outorgante;
- f) Responsabilizar-se por qualquer espécie de indenização pleiteada por seus colaboradores, principalmente no tocante a reclamações laborais e acidentes do trabalho;
- g) Executar a prestação dos serviços objeto do presente contrato em conformidade com os dados fornecidos pela Primeira Outorgante;
- h) Respeitar toda a legislação que lhe seja aplicável;
- i) Comunicar de imediato à Primeira Outorgante, quaisquer conflitos de interesses ou de deveres que possam comprometer ou afetar o cumprimento integral das suas obrigações;
- j) Informar de imediato à Primeira Outorgante de quaisquer factos de que tenha conhecimento e que possam ser considerados objetivamente relevantes para o cumprimento integral das suas obrigações;
- k) Responder a qualquer incidente ou reclamação suscitados pela Primeira Outorgante, relativamente à prestação dos serviços, quando solicitado.
- l) Cumprir com o prazo acordado para conclusão dos serviços, conforme estipulado no número 1 da cláusula 2.^a do presente contrato;

2. Todos os estudos, evidências, resultados, propostas, relatórios e planos que resultarem da prestação dos serviços objeto deste contrato, serão remetidos, em primeira mão, à Primeira Outorgante, devendo em caso algum serem utilizados para fins alheios aos citados, sem a devida autorização da mesma.

Cláusula 10.^a
(Obrigações da Primeira Outorgante)

A Primeira Outorgante obriga-se a :

- a) Efetuar os pagamentos na forma e modo acordados;
- b) Comunicar a Segunda Outorgante sobre as reclamações feitas contra os seus colaboradores, bem como com relação a danos por eles causados;
- c) Fornecer à Segunda Outorgante toda a documentação solicitada para executar os serviços de maneira criteriosa;

- d) Facultar o acesso da Segunda Outorgante às instalações da Primeira Outorgante sempre que tal se afigure necessário à adequada execução do presente contrato;
- e) A Fornecer à Segunda Outorgante, e dentro de um período razoável, todas as informações que a mesma solicitar para a adequada execução do contrato;
- f) Assegurar que os seus técnicos estejam disponíveis para prestar informações necessárias e tempestivas solicitadas pela Segunda Outorgante para a adequada execução do contrato;
- g) Assegurar antepadamente todas as deslocações e estadias nas ilhas de São Vicente e Sal, de dois técnicos da Segunda Outorgante, para a adequada execução do contrato;
- h) Facilitar os contactos com outras instituições para a recolha de informações necessárias.

Cláusula 11.^a
(Penalidades)

1. Em caso de incumprimento imputável à Segunda Outorgante, aplicam-se, nas seguintes situações, as seguintes penalidades:
 - 1.1. Multa diária de 1% (um por cento) do preço contratual, nos primeiros 10 (dez) dias.
 - 1.2. Em cada período subsequente de igual duração a multa diária sofrerá um aumento para 2% (dois por cento) valor do contrato, sem contudo, que na sua globalidade, possa exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço do preço contratual.
2. Caso seja aplicada uma penalidade nos termos do disposto no número anterior, o respectivo valor será apurado e faturado em cada prestação.
3. O prazo para o pagamento, pela Segunda Outorgante, das penalidades previstas na presente cláusula é de 10 (dez) dias a contar da data da receção das respectivas faturas, emitidas pela Primeira Outorgante. Em alternativa ao pagamento a que se refere o número anterior, a Primeira Outorgante poderá optar por satisfazer os pagamentos previstos nos números anteriores através de compensação com as quantias a pagar à Segunda Outorgante, ao abrigo do contrato a celebrar.
4. O valor acumulado das penalidades a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço contratual.

5. Caso seja excedido o montante referido no número anterior e a Primeira Outorgante decida não proceder à resolução do contrato, pelo facto de tal resolução implicar um grave dano para o interesse público, o limite máximo referido no número anterior será elevado para 30% (trinta por cento).

Cláusula 12.^a
(Força maior)

1. Não podem ser impostas penalidades à Segunda Outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias de natureza extraordinária ou imprevisível exterior à vontade da parte afetada e que por esta não possa ser controlada.
2. Podem constituir força maior, e se verificarem os requisitos do número anterior, nomeadamente, guerra (declarada ou não), tumulto, insurreição civil, catástrofes naturais, greves gerais de âmbito nacional, incêndios, inundações, explosões, decisões governamentais ou outras situações não controláveis pelas Partes.
3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior devem ser comunicadas à parte contrária no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data em que tenham tido conhecimento da ocorrência do mesmo.

Cláusula 13.^a
(Resolução do Contrato por parte da Primeira Outorgante)

1. A Primeira Outorgante pode resolver o contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais por parte da Segunda Outorgante e ainda nos seguintes casos, sem prejuízo do direito de indemnização legalmente previsto:
 - (a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos da lei;
 - (b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Segunda Outorgante;
 - (c) Incumprimento, por parte da Segunda Outorgante, de diretivas ou instruções transmitidas relativamente à execução das prestações contratuais;
 - (d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato;

- (e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto na legislação aplicável;

Cláusula 14.^a

(Efeitos da resolução do Contrato por parte da Primeira Outorgante)

1. Em caso de resolução do contrato pela Primeira Outorgante por facto imputável à Segunda Outorgante, esta fica obrigada ao pagamento de indemnização a que haja lugar nos termos gerais de direito.
2. A indemnização é paga pela Segunda Outorgante no prazo de 10 (dez) dias após a notificação para esse efeito.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

Cláusula 15.^a

(Resolução pela Segunda Outorgante)

1. A Segunda Outorgante pode resolver o contrato em situações de grave violação das obrigações contratuais pela Primeira Outorgante e ainda nas seguintes situações:
 - (a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - (b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Primeira Outorgante;
 - (c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela Primeira Outorgante ou quando o montante em dívida exceda 25% (vinte e cinco por cento) do preço contratual, excluindo juros;
 - (d) Exercício ilícito dos poderes da Primeira Outorgante quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
2. Nos casos previstos na alínea (c) do número 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração à Primeira Outorgante, produzindo efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração pela Segunda Outorgante, salvo se esta cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 16.^a

(Efeitos da resolução do Contrato por parte da Segunda Outorgante)

1. Em caso de resolução do presente contrato pela Segunda Outorgante por facto imputável à Primeira Outorgante, esta fica obrigada ao pagamento dos montantes correspondentes às fases já entregues ou em elaboração e

- uma indemnização pelos prejuízos emergentes da decisão tomada que se fixa em 15% (quinze por cento) dos montantes fixados;
2. A indemnização é paga pela Primeira Outorgante no prazo de 10 (dez) dias após a notificação para esse efeito.
 3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

Cláusula 17.^a
(Dever de sigilo)

1. A Segunda Outorgante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, de segurança, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Primeira Outorgante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do presente contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do presente contrato, salvo autorização expressa da Primeira Outorgante.
3. A Segunda Outorgante obriga-se a remover e/ou destruir, no final da prestação dos serviços, todo e qualquer tipo de registo (em qualquer tipo de suporte, incluindo papel ou digital) relacionados com a informação coberta pelo dever de sigilo.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto nesta cláusula a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pela Segunda Outorgante ou que esta seja legalmente obrigada a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
5. Os serviços prestados pela Segunda Outorgante constantes da Cláusula 1.^a, serão realizados sem exclusividade, tendo em vista os seus membros desempenharem atividades para terceiros em geral, desde que não haja conflitos de interesses com o pactuado no presente contrato, ficando estabelecido o regime de confidencialidade e sigilo sobre toda documentação apresentada pela parte da Primeira Outorgante.

Cláusula 18ª
(Disposições Gerais)

1. Os serviços prestados pelo pessoal afeto à Segunda Outorgante, ao abrigo do presente contrato, não implicam qualquer vinculação laboral com a Primeira Outorgante, sendo de exclusiva responsabilidade da Segunda Outorgante, quaisquer relações legais com o pessoal necessário à execução dos serviços, possuindo este contrato um cunho independente e devendo a Segunda Outorgante manter em ordem as obrigações previdenciárias decorrentes da vinculação, assumindo responsabilidade integral e exclusiva quanto aos salários e demais encargos laborais e previdenciários de seus colaboradores, principalmente com relação a possíveis reclamações laborais, não existindo solidariedade entre as Outorgantes;
2. As alterações de quaisquer cláusulas, serviços e valores que venham a ser discutidos e aprovados pelas partes, deverão necessariamente ser objeto de uma adenda por escrito, sob pena de não terem validade.

Cláusula 19ª
(Resolução de Litígios)

1. Os eventuais diferendos ou litígios emergentes da interpretação, execução e incumprimento do presente contrato, serão solucionados preferencialmente por negociação entre as partes, de boa fé.

Cláusula 20.ª
(Lei aplicável)

O presente contrato é regulado pela legislação cabo-verdiana em vigor, incluindo o Código Civil e o Código da Contratação Pública.

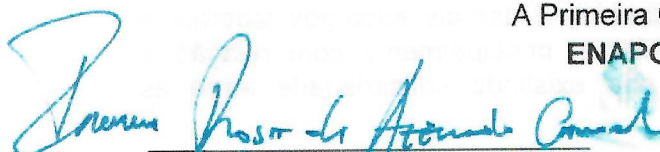
As Outorgantes declaram que aceitam o presente Contrato com todas as suas cláusulas, termos, condições e obrigações, das quais têm inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam.


Este Contrato, constituído por 16 (dezasseis) páginas, é feito em 2 (duas) vias, sendo uma para cada uma das partes e dele fazem parte integrante os **Anexos I e II** identificadas e, que são rubricadas pelas partes.

Assim o outorgam.

Feito na Cidade do Mindelo, aos 19 dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois.

A Primeira Outorgante
ENAPOR, SA


Eng.º Ireneu Rosa de Azevedo
Presidente do Conselho de Administração


Dr.ª Eneida Cristina Lima Gomes
Administradora Executiva

A Segunda Outorgante
CERMI, E.P.E


Eng.º Gilson Cândido Lopes Correia
Presidente do Conselho de Administração


Dr.ª Denise Andrade
Administradora Executiva



[illegible]

DA 6

ANEXO II
(Preço Por Portos Sem IVA)

Ref	Designação	Orçamento S/IVA [ECV]
I	Auditoria Energética ao Porto da ENAPOR da Praia	1 100 000
II	Auditoria Energética ao Porto da ENAPOR do Mindelo	850 000
II	Auditoria Energética ao Porto da ENAPOR de Palmeira	650 000
TOTAL S/ IVA [ECV]		2 600 000

